

Governo Lula estuda reduzir meta de superávit em 2025

Governo estuda cortar meta de superávit de 2025 para entre 0% e 0,25% do PIB

Objetivo atual é 0,5%; novo número deve constar no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O governo estuda fixar a meta fiscal de 2025 para um patamar entre 0% e 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Para o ano que vem, o objetivo indicado na apresentação do novo arcabouço fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, era de um superávit de 0,5% do PIB.

Mas os dados preliminares da previsão de receitas disponíveis até o momento apontam um quadro "quase impossível" de aumento adicional de arrecadação para o cumprimento da meta, nas palavras de um integrante do governo envolvido nas discussões. A nova meta fiscal de 2025 constará no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) a ser enviado ao Congresso Nacional no próximo dia 15. Não há, no momento, discussões sobre mudar a meta zero de déficit de 2024.

Caso seja necessário alterar a meta, a área econômica quer garantir um patamar que não permita déficit das contas públicas no ano que vem.

Os técnicos ainda fazem as contas. A discussão envolve a premissa de que meta zero é piso. A orientação dos ministros da JEO (Junta de Execução Orçamentária) é que seja uma meta factível, que ao mesmo tempo não demonstre um recuo do processo de consolidação fiscal e nem seja irrealista.

O diagnóstico é que uma meta irrealista gera mais incerteza no mercado com a indicação de que o governo teria que lançar mão de medidas para aumentar os impostos com risco de prejudicar o ambiente econômico.

A JEO é o colegiado responsável pelas decisões orçamentárias.

“Estamos esgotando o tempo para fazer as contas necessárias para fixar uma meta [fiscal] factível à luz do que aconteceu de um ano para cá

Fernando Haddad ministro da Fazenda

tárias. Ele é formado, além de Haddad, pelos ministros Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão). O colegiado deve se reunir pelo menos duas vezes nesta semana para discutir a mudança da meta para subsidiar a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Um valor menor do que zero é considerado um recuo injustificável, com um sinal negativo, aliás, em relação ao compromisso com a meta deste ano. O governo ainda discute receitas para evitar perda de receitas com o Congresso, como a desoneração da folha de pagamento dos municípios e limite para as compensações tributárias pelas empresas.

O ponto central é não ter o centro da meta abaixo de zero. O problema é que, como a regra fiscal contém uma banda de tolerância de 0,25 ponto percentual para baixo ou para cima, a meta de 2025 teria que ficar em 0,25% do PIB para evitar o risco efetivo de um déficit no ano que vem.

Uma alteração na meta zero de déficit das contas do governo de 2024 não está na mesa, segundo disse à Folha um integrante da equipe econômica, que reconhece as dificuldades para 2025 e defende uma meta crível para não abalar a credibilidade da política fiscal brasileira.

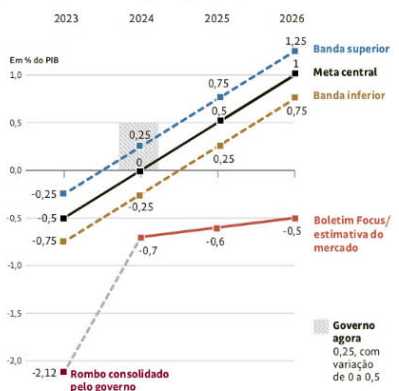
Pessoas a par das conversas afirmam que o governo poderá também optar por esperar e só propor mudanças a partir de maio, quando a JEO saberá se poderá ampliar o espaço permanente de gastos em R\$ 15,7 bilhões ainda neste ano, a depender do comportamento das receitas. A abertura desse espaço fiscal em maio está prevista no arcabouço fiscal. Por isso, até maio não há chance de mudar a meta deste ano.

Dados complementares de receitas devem estar prontos até esta terça-feira (9). Como mostrou a Folha, as medidas de arrecadação já implementadas até agora serão insuficientes para garantir o alcance da meta fiscal de 2025.

O Tesouro Nacional estimou em seu relatório de projeções fiscais a necessidade de um esforço adicional equivalente a 1% do PIB para chegar ao superávit de 0,5% do PIB prometido para o ano que vem, o que significaria uma arrecadação extra de R\$ 123,9 bilhões.

Na semana passada, a ministra Simone Tebet afirmou que a manutenção das metas

Metas apresentadas pelo governo



Governo estabeleceu em novo arcabouço fiscal compromisso de melhorar trajetória de resultado primário até 2026, com banda de tolerância para a meta

Mas números consolidados, projeções do mercado e discussões no governo mostram dificuldades para cumpri-las

Fontes: Ministério da Fazenda e Banco Central



PROJETOS SOBRE TRIBUTÁRIA AVANÇAM NA PRÓXIMA SEMANA, DIZ HADDAD
"Temos o compromisso de que na semana que vem [a proposta de regulamentação] chega ao Congresso" afirmou o ministro, após encontro com Rodrigo Pacheco. Pedro Ladeira/Folhapress

fiscais de 2024 e 2025 vai depender do cenário para as receitas e que a rediscussão desses alvos "está na mesa".

O governo tem margem dentro das regras do arcabouço para fazer neste ano um déficit de até 0,25% do PIB (R\$ 28,8 bilhões). Na área econômica, a avaliação é que é possível cumprir a meta utilizando essa margem de tolerância com novas medidas que estão em estudo, entre elas, a adoção de restrições de acesso ao Proagro (programa de seguro rural bancado com subsídio do governo federal) — medida já anunciada nesta segunda-feira pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), e aperto no seguro-defeso, benefício concedido ao pescador artesanal.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento também contam com o ingresso de R\$ 12,59 bilhões de pagamento de dividendos extras da Petrobras. A liberação para o pagamento desses dividendos será apreciada pelo CA (Conselho de Administração) da companhia no próximo dia 25. O ministro Fernando Haddad defende o pagamento com o argumento de que não vai prejudicar o plano de investimentos da Petrobras.

Além da revisão de gastos dos beneficiários da Previdência, o governo conta com o trabalho dos fiscais da Receita Federal no trabalho de pente-fino nas empresas que estão mudando o tipo de CNPJ para terem acesso indevido a benefícios tributários de programas do governo.

O Planejamento vai incluir no PLDO um anexo com as políticas que serão alvo de revisão, como revelou a Folha.

Tempo para fixar alvo factível está no fim, diz Haddad

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse nesta segunda-feira (8) que o tempo do governo Lula (PT) para definir uma meta fiscal "factível" para 2025 está se esgotando e falou em insegurança relacionada aos projetos ainda em tramitação no Congresso. "Estamos esgotando o tempo para fazer as contas necessárias para fixar uma meta [fiscal] factível à luz do que aconteceu de um ano para cá. Vamos nos lembrar que essa meta foi anunciada em março do ano passado, quando foi apresentado o marco fiscal."

"De lá para cá, aconteceu muita coisa boa, mas tivemos alguns percalços que terão de ser considerados e nós temos ainda alguma insegurança em relação ao resultado final das negociações desse semestre em relação a temas importantes."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 1